

ENTREVISTA ZILDA MÁRCIA GRÍCOLI IOKOI SOBRE EDUCAÇÃO

Entrevista: Zilda Iokoi

Entrevistadora: Roberta Borrione

Data: 21/12/2006

Horário: 14:30

Local: sala da professora no prédio de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

“Bem, então eu sou a Zilda Iokoi do Departamento de História e estou conversando com a Roberta. Hoje é dia 21 de dezembro, acho que 14:30 da tarde.

Bom, Roberta, o que eu penso que podíamos conversar é como estava o sistema educacional antes do golpe e como é que o golpe passa a interferir de maneira bastante efetiva, não é, sobre o cotidiano das nossas vidas. Então se você consultar a documentação e a bibliografia, você vai ver que nós estávamos sobre a vigência de uma lei educacional chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.040 que já começava a mexer um pouco na estrutura do ensino. Ela dava uma abertura grande para a constituição do ensino privado no Brasil. Já era um movimento de pensar o ensino privado, naquilo que era chamado na época o colegial ou científico, que era o ensino médio, e também formação profissional e para a própria universidade. Tanto é que vai começar a haver um movimento de universidades que começam a se fazer, privadas, e tal. Mas (interrupção – chamada telefônica).

Então o que nós vivemos nesse tempo... Quando esse período dessa legislação mais abrangente, dessa possibilidade de uma negociação entre ensino público e ensino privado, também é vivenciada na estrutura social brasileira como um momento de extrema criatividade e muita politização. Então nós temos o movimento estudantil atuando nos chamados Centros de Cultura Popular – os CPCs – e isso significava levar o teatro, a poesia, a música para as regiões mais periféricas e, de certa maneira, despertar essa população para um nível de politização e de organização que era baixa nesse período. Tem um grande movimento de lutas urbanas, sindicais, e de protestos públicos contra a crise econômica que nós estávamos vivendo. Então é um momento muito rico. Temos um movimento musical e artístico muito profundo; o teatro está fazendo coisas experimentais muito interessantes.

E, no nível educacional, nós temos um primeiro movimento de constituir escolas experimentais. Escolas cuja estrutura programática era muito mais aberta, onde a filosofia, a política e a discussão sobre movimentos sociais ganhava uma importância muito grande no ensino, para que os alunos pudessem pensar a desigualdade da realidade brasileira, a necessidade de expansão de direitos, essa coisa toda. E é uma educação muito crítica e muito experimental, na medida em que eram projetos com começo, meio e fim, onde os alunos também saíam a campo, iam visitar as várias comunidades, os laboratórios de pesquisa e era uma dinâmica muito forte nesse processo educacional. Então são as escolas locais e as escolas de aplicação, que eram duas modalidades que existiam em várias localidades do Brasil e São Paulo concentrava um grande número delas. Esses professores que atuam nessas escolas, especialmente das escolas de aplicação que eram públicas, eles ingressavam primeiro no magistério básico e depois que eles iam para a universidade. Era quase um processo de experimentação da vida acadêmica, articulando os dois níveis de ensino.

Então as escolas públicas eram de extrema qualidade. Esses professores faziam concurso na universidade, para poderem ir fazer ensino médio. Então eles tinham esse tempo de ir para vários lugares do interior, para várias regiões e depois retornar. Aí é que eles iam para universidade. Então era uma irradiação muito grande entre a pesquisa acadêmica e o ensino fundamental e médio, por conta desse movimento de arregimentação de professores. Primeiro pela sua qualificação acadêmica, ia para o ensino médio e voltava para ir fazer experiências em ensino superior. Então isso era uma coisa muito rica... E esse movimento todo ainda não era um movimento que determinava um controle muito forte do Estado sobre a pesquisa. Então o tempo de realização das teses era muito mais largo; a possibilidade de lidar com processos em funcionamento em cursos era muito grande; a nossa pós-graduação era uma pós-graduação muito pequena, muito restrita e onde sacavam-se os grandes intelectuais, que faziam esse panteão, esse perfil do que era esse mundo acadêmico, na física, na psicologia, na política, na antropologia, na história e assim por diante. Então são esses nomes que você vai cruzar pelo caminho, como Mário Schenberg, como César Lattes, como Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, Antonio Candido, esses nomes importantes da nossa produção acadêmica e cultural. Todos eles egressos de uma universidade que foi formada pelas missões estrangeiras, você sabe bem, a missão francesa, a missão italiana, a discussão toda desse processo.

E havia, por parte do movimento estudantil, também uma enorme discussão sobre expansão de vagas, porque a universidade ainda recebia grupos muito pequenos, a demanda havia crescido muito e havia então essa luta para expansão de vagas; era preciso democratizar o ensino, dar acesso a mais gente etc.

E quando vem o golpe, logo no período de 1964, a grande violência do golpe não foi sobre os acadêmicos e nem sobre a universidade, foi sobre a base popular e operária: camponeses, lideranças camponesas, líderes sindicais, movimentos organizados em partidos de oposição, de esquerda e tal, sofreram o primeiro grande impacto, quer dizer a grande violência de prisões, aposentadorias, mortes e etc. foi sobre a classe operária. E isso deu uma responsabilidade maior pra esses grupos intelectuais, que tinham que começar uma luta mais organizada, porque a violência do golpe pegou os trabalhadores de uma maneira muito dura. E o movimento estudantil vai ter um papel muito importante nesse período, que é se organizar de uma maneira mais radical pra poder tentar fazer combates contra os militares que deram o golpe.

Nós já temos um Congresso que já está esvaziado de seus poderes; o começo de uma violência mais explicitada, porque os órgãos de repressão, eles agora começam a criar aparelhos clandestinos, que não estavam contidos na lei, então você tinha a polícia política, que já existia desde a década de 1920, você tinha os controles sobre a vida nos tribunais do trabalho, essa coisa toda, mas, a partir do golpe militar, você vai ter a criação de operações dentro do sistema repressivo, que não estão ainda constituídas por aparato legal, elas são mesmo uma forma de clandestinização da violência e da repressão que vão ser a formação dos DOIs-CODIs e da Operação Bandeirante, que foi um grande movimento de “caça às bruxas”. Isso tudo está acontecendo e a politização, a exarcebação política também está crescendo nesses meios.

Quando em 1968, a partir de explicitação de conflitos dentro do Congresso Nacional e pelo movimento estudantil, pelas passeatas, pela organização de rua, a Ditadura vai criar o Ato Institucional número 5, que aí estabelece barreiras muito duras. Ataca fundamentalmente aí estudantes e universitários. Os professores universitários têm uma enorme cassação. Todas as áreas você vai ter problemas dessa natureza, então existiu um livro “O livro negro da USP” que foi editado, que acho que você já conhece, que conta bem essa história de como a violência de fora se articulou com o oportunismo de interesses de dentro e como pessoas que não estavam na oposição foram denunciadas e acabaram sendo cassadas por conta das divergências internas. Essa é uma história suja de dentro da universidade, que está registrada nesses documentos. E aos estudantes foi definido um decreto, que era o chamado Decreto 477, onde os estudantes perdiam o seu lugar na universidade se fossem surpreendidos fazendo atividades de ordem política, e aí de qualquer natureza.

Então o Ato 5 foi realmente uma enorme exarcebação dessa violência da ditadura e aí modificou muito o cotidiano, porque haviam muitos agentes infiltrados dentro da estrutura universitária. Existia um comando dessa polícia política dentro da própria universidade e havia membros desses vários grupos infiltrados na sala de aula. Quer dizer, você não tinha mais nenhuma possibilidade de poder estudar de uma maneira livre, tranqüila, tal. Tem uma enorme quantidade de bibliografias que vão ser censuradas e havia um temor muito grande internamente nesse período.

O ano de 1969 é um ano de muita violência dentro da universidade. Todas as noites chegavam os aparatos da repressão. A Tradição, Família e Propriedade, que era uma organização de direita, que inclusive tinha treinamento militar para seus membros, mais o Comando de Caça aos Comunistas se organizavam junto com esse Departamento de Ordem Política e Social e vinham buscar, todas as noites vinham buscar pessoas dentro das salas de aula. Então o ano de 1969 nós passamos praticamente com a mão pra cima no corredor, porque todo o dia tinha certa invasão, vinham buscar uma pessoa, vinham buscar outra, vinham atemorizar, vinham impedir o professor de dar a sua aula e foi um momento muito difícil, muito grave mesmo.

O ano de 1970 é um ano onde as coisas ficam mais silenciadas. Você tem a repercussão do Ato 5 na imprensa, nas discussões de rua, nos espaços da noite, da cidade, quer dizer, tudo era perigoso e tudo você tinha que se envolver de uma maneira muito cuidadosa, porque os seqüestros das pessoas, os desaparecimentos das pessoas começaram a ser bastante grande. E pegou também uma grande ala da Igreja Católica, da Teologia da Libertação, porque havia muitos agentes pastorais, padres e freis que estavam atuando no sentido de defender uma maior abertura; a possibilidade de reorganização dos movimentos sociais; a questão da reforma agrária; a questão do trabalho; a questão da reforma urbana; tudo isso estava muito em discussão. E algumas Arquidioceses se juntaram mesmo para fazer quase que um movimento de proteção a essas pessoas que tinham que fugir, que tinham que ser tiradas dos seus lugares para não desaparecer no campo da repressão. Uma grande parte se deslocou logo depois do Ato n. 5 de 1968 e fugiu do país. Foram pro Chile. Foram pra França. Foram para alguns lugares dos EUA.

Então era um clima muito tenso, então é óbvio que nosso cotidiano foi interrompido mesmo por essa violência e por essa enorme repressão. Ao mesmo tempo em que isso está acontecendo e que essa violência toda está sendo montada e organizada, você tem uma coisa ambígua no Brasil, porque, no Brasil, nunca nós tivemos os conflitos explicitados de uma maneira muito clara. Então, ao mesmo tempo em que tem uma violência, tem o que? Tem um Congresso que está funcionando. Tem uma lei da ditadura que a Lei de Segurança Nacional, que não é uma lei, ela foi forjada dentro de um Congresso que estava esvaziado dos seus poderes.

E a ditadura começa para silenciar esse mundo mais organizado, que era o mundo da universidade, dos estudantes, dos professores, então ela vai fazer uma série de medidas para passar dinheiro para a universidade e começa aí a nascer os cursos de pós-graduação. Quer dizer, propor... A radicalidade do conflito pelo silêncio e pelas verbas.

Então se você olhar nos documentos da universidade a grande expansão da pós-graduação começa em 1971 e, até 1976, você já tem um parque de pesquisa enorme instalado por conta dessa ambigüidade mesmo. É sim, é não ao mesmo tempo. E isso fazia com que muitos dos acadêmicos fingissem que não estava acontecendo nada. Quer dizer, prefere ficar em silêncio; ficar no seu lugar; não sair em defesa de direitos mais abrangentes, porque corporativamente está recebendo ali certa proteção do Estado, na medida em que também eram demandas antigas e que agora começam a se constituir.

Outra coisa que eu também acho bem interessante é que o ano de 1972, no ano de 1972, acontece uma nova reforma na educação básica do país. Então aquela lei 4.040, que eu te falei, vai ser modificada pela lei 5.692, que foi já certa acomodação tanto no complexo universitário como do ensino de primeiro e segundo graus de um acordo que o Brasil, o Ministério da Educação, fez com a USAID. E evidentemente aí há uma enorme intervenção sobre o que fazer, como fazer, o que pesquisar, pra que educar e uma educação muito mais agora defendendo valores tradicionais e civis, de moral, de individualismo, contra tudo aquilo que havia sido expandido nos anos 1960 em termos de crítica e de revisão daquilo que eram os nossos grandes dilemas. Então acho que isso é também uma coisa importante pra você pensar.

E é interessante, porque, ao mesmo tempo em que essa legislação está sendo forjada nesse bojo, se você olhar os princípios e os fundamentos da lei, você fala ‘Nossa! É uma maravilha!’, porque ali estão coisas interessantíssimas.

Quer dizer, você não pode separar as humanidades das ciências biológicas e técnicas; você tem que criar um sentido de pertencimento; você tem que ter cooperação social, mas esse discurso, que está nos fundamentos da lei, era acompanhado de um procedimento de intervenção muito grande, porque o que ia ser ensinado e os materiais que iam ser usados era de uma pobreza enorme, assim, dogmáticos, normativos, sabe, aquela coisa muito ligada a uma estrutura de uma sociedade fechada e não de uma sociedade aberta como você lê nos fundamentos da própria lei, que é uma coisa muito engraçada, né?

E outra coisa que é interessante também é que, a partir dessa legislação, então, o que ocorre na nossa área, na área das humanidades. O Governo tira a possibilidade dos estudantes do ensino básico e médio serem formados em Filosofia, em Sociologia, em História e em Geografia. Então eles fazem uma combinação desses conhecimentos numa coisa tão híbrida que passava por ali os elementos da Moral e do Civil e não mais agora o reconhecimento da singularidade de cada campo, o que é trabalhar com as populações tradicionais, como você vai discutir a cultura urbana. E, na verdade, era ali uma coisa muito dogmática, muito dirigida para essa coisa de 'Amo minha pátria', os valores nacionalistas... Porque eram duas [disciplinas]: Educação Moral e Cívica e Organização Social Política. Então nas duas, estes eram os elementos componentes definidos pelo Estado.

E também eram nas duas que a gente tentava fazer rebeldia (risos). Por quê? Ao invés de adotar os materiais que vinham do Estado, a gente abria ali a possibilidade de fazer uma interlocução de outra natureza. Então, quer dizer, essa coisa ambígua dos dois lados, porque nós também acabávamos, os que ficamos na resistência, acabávamos utilizando esses caminhos pra fazer uma outra coisa. Tem uma experiência muito engraçada, porque, na época, uma época que era pra comemorar o Dia da Independência, o Dia da Pátria, tal, e, nesse dia, os militares iam nas escolas e as escolas tinham que fazer..., hastear a bandeira, cantar o hino. E o hino nacional brasileiro é muito esdrúxulo porque ele não fala de nada, não é. Ele tem partes até que são muito ridículas, porque fala de uma harmonia que não existe, de que todos estamos deitados em berço esplêndido e isso significa que estamos confortavelmente instalados no país e tal. E a cerimônia, quando foi pra pedir o Hino Nacional, os alunos cantaram o Hino da Independência, que fala de liberdade (risos).

Então era essa maluquice, quer dizer, as resistências apareciam por coisas desse tipo assim. Fazíamos, então, organização de grêmios nas escolas; jornais para os alunos receberem alguma informação, já que a imprensa estava censurada; programas de teatro; tentávamos ainda criar grupos de música, para oxigenar um pouco esse momento tão difícil e tão repressivo.

Se você olhar pelas imagens que têm das cidades do Brasil nesse período, você vai ver que a cavalaria e os tanques de guerra estavam na rua praticamente todo dia. Então, você tem uma coisa difícil. Todo dia tinha ação do setor militar. Todo dia tinha certa repressão, alguém que vai preso no meio do espaço urbano. Quer dizer, então, tinham muitos sinais dessa violência que estava estabelecida e um controle bastante rígido aí. E aí, nós vamos ter o que? Lá, loto no começo dos anos 1970, então, em 1972, começam muitas prisões e, em 1973, começa um movimento de desaparecimento mesmo, perseguições e mortes de pessoas. Num primeiro movimento, eram mortes. A pessoa aparecia jogada num certo lugar. A justificativa era atropelamento ou tiroteio e eles não se responsabilizavam muito por esses acontecimentos. E aí nós vamos ter vários acontecimentos interessantes que foram feitos, denúncias em organizações internacionais de direitos humanos. Quando o filho da Zuzu Angel, você sabe que é a Zuzu Angel, né?, desapareceu, ela fez eventos internacionais para poder fazer a denúncia, tal. As igrejas vão fazer isso. Não só a Igreja Católica, mas a Igreja Anglicana, a Igreja Presbiteriana. Todos esses estavam trabalhando no sentido de fazer as denúncias do que estava acontecendo.

E, ao mesmo tempo em que os militares estão fazendo um movimento de apoio para a classe média. Essa classe média mais... menos intelectualizada. Então, financiamentos para casa, o futebol. Nós ganhamos a Copa de 1970. Toda essa utilização desses valores da cultura popular que agora servem para o apagamento dessa memória e fazer a idéia dos militares aparecer como grande.

Mas logo em 1973, começa uma crise, porque nós temos o primeiro choque do petróleo, que abalou a economia mundial e, para nós, revelou que os índices que eles haviam apresentado de inflação, de distribuição de renda, de emprego eram falsos. Então, começa a aparecer maiores possibilidades de a sociedade reagir mais fortemente frente ao golpe. E aí, nós temos um movimento dentro da esquerda que é um movimento de trabalhar em muitas direções.

Então, desde o velho Partido Comunista (PCB), que trabalhava com a idéia de que nós temos que ir ganhando as instituições e fazendo movimentações por dentro, até a esquerda, que se decidiu pela luta armada, rural e urbana. E aí é uma coisa bastante grave, porque esses movimentos eram movimentos de grupos muito restritos; você não tinha o aparato social mais amplo para fazer a proteção desses grupos e aí você tem um processo lamentável de massacre mesmo de jovens, que estavam envolvidos nessa luta. Mas você tem também uma série de solidariedades que vão se fazendo e que acabam permitindo que o movimento em relação à ditadura comece a crescer.

1973 vai ser uma grande violência sobre a Guerrilha do Araguaia; 1973 também esses movimentos de terrorismo urbano vão ser muito derrubados; e essas coisas vão aparecendo dentro da universidade de uma maneira mais clara e nas escolas, porque é onde as pessoas se encontravam e discutiam.

Então, em 1974, tem um movimento de conflito entre os próprios militares, que alguns falam que era 'linha dura' *versus* a 'linha moderada', eu, para mim, não existe 'linha dura' *versus* 'linha moderada', eles têm rivalidades internas, mas todos estão juntos no processo de repressão e violência. E aí você tem um enorme ataque sobre as bases do Partido Comunista Brasileiro, que foi o que perdeu o maior número de quadros. A grande repressão e violência mesmo foram sobre os militantes do Partido Comunista que majoritariamente foram mortos em combate com a ditadura.

Mas também nasce aí uma frente, que foi organizada pela Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos,

primeiro movimento nessa direção, depois agregados por outros segmentos sociais, e começa, então, um movimento mesmo de questionamento da própria ditadura. Alguns eventos importantes... um militar da Força Pública Paulista foi assassinado no porão da ditadura. Sai uma repercussão, tem um grande movimento aí de denunciar o Estado sobre isso. Depois tem o assassinato do jornalista Wladimir Herzog, que também cria, aí cria uma ação internacional muito grande e, com isso, nós já estamos ligados ao *Human Rights*, já temos denúncias na OEA, já temos denúncias na UNESCO, na ONU do que está acontecendo no país e a coisa, então, começa a caminhar no sentido de trabalhar pela Anistia, que vai ser aprovada em 1979. Aí, a partir da Lei de Anistia, ainda continuam os militares no poder, mas cada vez mais com direitos mais, com possibilidades mais reduzidas, porque tem uma insatisfação enorme no conjunto social pela situação econômica, que a crise do milagre promoveu, e porque também agora fica muito mais claro a existência desse aparato todo para pessoas, que não estavam atentas ao que estava acontecendo, porque não tinham alguém próximo que tinha vivido essa dimensão.

Aqui, na Universidade, é um momento muito rico, porque, passada essa década de 1970 aí que foi muito, muito, muito difícil por aqui, nós também começamos uma luta pela democratização das próprias estruturas de poder da Universidade, que já haviam sido começadas lá ainda na década de 1960, com a tentativa de Reforma Universitária em 1968, para acabar com a Cátedra vitalícia, essa coisa toda de oxigenar. Depois teve uma interrupção e aí nós retomamos essa luta de uma melhor democratização, inclusive do que pesquisar, como pesquisar, das formas de ensino. Então, acho que é isso.

- A senhora poderia falar um pouco da sua trajetória durante esse período?

Posso. Então, quando vem o golpe militar em 1964, eu ainda era estudante secundarista e entrei na universidade em 1969. Logo depois... eu era militante do movimento secundarista. Nós tínhamos organizações com secundaristas e universitários: a União Estadual dos Estudantes e a União Nacional dos Estudantes agregava esses grupos. Nós havíamos criado um movimento de defesa, de ampliação de vagas. Era MUV, movimento de união dos vestibulandos, que era para que a universidade abrisse mais espaço, porque tinha uma demanda crescente. E, inclusive, a minha entrada é fruto também dessa luta, porque foi o primeiro grupo de maior quantidade de alunos que entrou.

E depois disso, então, eu fiz a minha graduação. Eu era professora já. Eu dava aula no ensino médio e fiz minha graduação aqui na Universidade, sempre militando nos Centros Acadêmicos, nos Congressos estudantis, fazendo movimentação de rua. Eu tinha uma base organizada, primeiro do Partido Comunista (PC do B ou PCB?) e depois eu fui para o Partido Comunista Revolucionário, porque o Partido Comunista estava numa situação muito acomodada e a gente saiu para uma dissidência também. Essa minha dissidência não foi para a luta armada, mas a gente fazia trabalhos de base em bairros, em organização de moradores, de operários.

[Pergunta]

A gente fazia primeiro processo de ensino mesmo: alfabetização de adultos, reforço para as crianças; fazíamos uma organização dos moradores para levantar os problemas do bairro, o que faltava, como era a situação de violência; fazíamos festas; esse tipo de ação que a gente fazia. E fazíamos um trabalho de criar materiais de ensino, porque, como os materiais governamentais eram todos muito conservadores e ideológicos, a gente tinha grupos de preparação de materiais, onde entravam tudo: textos filosóficos, poemas fundamentais, o teatro. Nós tínhamos um diretor de teatro muito importante, o Augusto Bual, que experimentava o Teatro do Absurdo do [Eugene] Ionesco. Então, a gente fazia esquetes em ônibus, no meio da cidade, para provocar o debate, a discussão.

E fazia o meu curso, dividido um pouco de dia, um pouco à noite, dependendo da minha carga de trabalho.

Fui presa em 1974, nessa leva que... foi o massacre maior sobre o PCB. Tive processo, inquérito policial-militar e fui julgada em 1976. Fui absolvida em julgamento militar... e continuei... vim para cá... entrei na pós-graduação em 1974. Eu terminei minha graduação e entrei na pós-graduação em 1974. Fiz mestrado aqui, trabalhando na escola pública e depois eu fui trabalhar na Universidade Católica, com... junto lá com os grupos todos de militantes católicos, aí me aproximei da AP, da Ação Popular, que eu havia conhecido a AP na prisão, porque eu nem sabia da existência da AP quando eu fui presa.

- A senhora ficou presa quantos dias?

Eu fiquei sete dias no DOI-CODI e depois eu fiquei mais 15 dias no DOPS. Depois eu fiquei esperando julgamento, em liberdade esperando julgamento.

- Qual era a alegação?

A alegação era membro de partido clandestino (riso). Então, essa que era a... Agora, na minha documentação lá do DOPS, eu tenho uma primeira citação que eu fui citada por um terrorista. Então, como nosso sistema, sistema de segurança, quando você fosse preso, você tinha que falar algumas coisas, falava sempre coisas de pessoas que estavam o mais longe possível do problema. Então, possivelmente, esse japonês que me citou, que depois morreu numa explosão na cidade, ele me citou porque a gente... eu devia ter levado coisas. Eu era pombo: levava documentos para um, levava passagens para outro, porque eu trabalhava num esquema de não ter ainda o perfil muito dos estudantes. Como eu trabalhava e dava aula, eu andava arrumadinha, era deficiente física, mulher, quer dizer, tinha várias coisas que eu podia fazer coisas, levar para lá e para cá. Então, por isso, que era uma militância desse tipo. Se você me perguntar o que eu levei, eu não sei (risos), mas levei um monte de pacotes para lá e para cá. E recados, essas coisas. E...

Bom, aí, depois disso, então, eu já estava na pós-graduação, fui dar aula na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que era um centro muito radical, porque ele acolheu vários professores cassados; tinha uma organização com a Diocese de São Paulo, que era uma diocese muito progressista, que elaborou aquele material que é o 'Brasil Nunca Mais', que fez toda a coleta de informações, todas as pessoas presas e desaparecidas..., fez um grande documento secreto, que foi muito importante para poder defender direitos etc. e isso. Depois vim para cá, já em 1986, quando as

coisas estavam mais tranquilas. Só em 1986 que eu entrei como professora. Então eu fui aluna de graduação, fiz mestrado e doutorado aqui, mas, como professora, eu só cheguei em 1986.

- E na PUC-SP a senhora entrou quando?

Eu entrei na PUC de São Paulo em 1982 e fiquei até 1986.

- E lá, o cotidiano das aulas?

Nesse período, já da década de 1980, já está tudo muito bom, porque, fundamentalmente, o grande problema da ditadura já foi. Nós já tínhamos avançado muito na luta política com os movimentos de greve de 1978; o Partido dos Trabalhadores estava formado; tinha uma grande oposição sindical; os camponeses já estavam se organizando, no sentido da terra; quer dizer, já tem um espaço de liberdade, conseguido ali na resistência, e, na PUC, o espaço de liberdade sempre foi muito grande. Mesmo durante a ditadura, não havia controle sobre a vida dos professores, porque a Diocese, que era mantenedora da Escola, estava nessa linha da Teologia da Libertação. Então, lá se viveu menos a censura, o impedimento da discussão do que aqui, por isso que depois a PUC vai ser invadida pela... pelo... Secretário de Segurança Pública de São Paulo, em 1979, onde vai ter um conflito muito grande ali e pessoas foram queimadas por bombas, uma história bem difícil. Mas esse episódio é um episódio externo de ocupação militar da PUC, mas o resultado disso... não foi um movimento de opressão como aconteceu aqui, porque a própria reitoria da Universidade também passou a se comportar como um agente da repressão. Na PUC, não. Na PUC, houve um acolhimento daqueles que precisavam de espaço e de liberdade, então...

- Se a senhora fosse fazer uma análise da educação naquele período, o que a senhora acharia... constâncias, mudanças...

Eu acho que nós tivemos duas coisas. Se você for pensar a educação como um todo, na verdade, esse período é um período de expansão de vagas. Havia uma enorme pressão internacional, porque o Brasil tinha índices de escolaridade baixíssimos. Então o que o governo faz? Ele vai investir com o produto da poupança popular, que eram os Institutos de Previdência, que aí são reunidos pela ditadura no Instituto Nacional da Previdência Social, eles usam esses recursos para fazer grandes obras e são muito apoiados pela indústria da construção, que, inclusive, grande parte dela é ligada a esses organismos de... Tradição, Família e Propriedade, ligados com uma direita internacional muito forte. Então, você tem muitas construções de escolas. Então constrói escola para tudo que é lado; obre vagas, tal, ao mesmo tempo em que começa um processo de desorganização da estrutura de funcionamento de formação de professores. Abrem uma quantidade enorme de cursos superiores de curtíssima duração: as licenciaturas curtas. Os professores não estão mais formados nesse processo de descoberta do que como é o campo, de como se constrói o conhecimento em cada campo, para poder ensinar. Ao contrário, eles têm uma coisa sintética. A remuneração do trabalho, ela vai... perdeu e muito o poder aquisitivo e as jornadas de trabalho são muito altas. Então, você tem, ao mesmo tempo em que democratiza o acesso, você reduz enormemente a qualidade. Esse processo ainda está em curso. Ainda está em curso.

Ainda nós temos uma enorme dificuldade com a qualidade do ensino e, naquele tempo, ainda tinha uma grande parcela dos professores que vinha dessa formação mais sólida. Então, ainda existiam projetos educacionais, tentativas de fazer e tal. O fato é que de lá para cá essas escolas privadas de curta duração cresceram enormemente. A justificativa da lei era assim: precisamos fazer a formação mais rápida nos rincões distantes do país, porque não tem professor. Mas onde abriram essas escolas? Nos grandes centros urbanos: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, para poder caçar níquel. Os alunos pagam um monte dinheiro; o Governo deixa funcionar. Então, você vai ter uma enorme formação de professores, uma deformação de professores, (___?), porque não forma ninguém, ocupando espaços. Então, você tem uma mudança do perfil mesmo do que era o professor: comprometido com a educação, educação para libertação, educação para tomar iniciativa, para escolher seus rumos, seus caminhos, ela vai deixando de existir.

Então, é uma educação propedêutica, muito restrita, muito primária mesmo e uma dificuldade enorme de formação profissional desses estudantes, porque as escolas técnicas também desapareceram e, paulatinamente, o ensino médio vai virando o ensino de nada, porque, terminado o nível médio,.. você faz oito anos de nível básico, depois mais três anos de nível médio, esse aluno não está formado para nada. Ele não é cidadão para reivindicar os seus direitos, porque ele não tem o conhecimento crítico; e ele não tem uma formação profissional. Então, aí a demanda de acesso à universidade também cresce, porque ele tem que se formar em alguma direção. Então, aquelas escolas horrorosas que foram abertas, paulatinamente, foram se transformando em universidades. Então, você estica o ciclo do caça-níquel mesmo. Se você for visitar, vale a pena você visitar uma dessas escolas, tem várias aqui em São Paulo, você vai ver o complexo patrimonial que eles têm. É uma coisa impressionante. Tem até esteira rolante, mas não tem biblioteca, não tem professor. Então é chamariz. E os alunos mais pobres acabam indo para essas escolas e os alunos mais ricos, que estudaram nas escolas particulares no ensino fundamental e médio, vêm para a universidade pública, porque pode fazer dois anos de cursinho, três anos de cursinho, para poder entrar numa boa universidade.

Então esse é um problema que está posto. Eu acho que de lá para cá, em nível de educação, nós crescemos na pós-graduação; conseguimos fazer, ampliar muito o campo da pesquisa; a universidade se consolidou num projeto mais conservador, mas se consolidou; o ensino fundamental e médio piorou muito; e a sociedade brasileira se tornou menos capacitada. Acho isso. Acho que tem muitas coisas para fazer, muitas coisas para fazer. Mesmo se você pensar, a universidade criou uma racionalidade muito produtivista e interessa hoje mais a rapidez e a quantidade de coisas publicadas e não a qualidade do que está sendo publicado. E acho que esse movimento aí vem bem harmonicamente entrar nessa era da globalização, de uma maneira sem muita crítica, sem muita consequência. Eu acho que o que está posto para a gente agora, quais são os desafios? Acho que é, de novo, reencontrar do antigo projeto uma maneira de ordenar, agora que estamos vivendo um momento de democratização, possibilidades de refazer esse percurso educacional e científico, para aquilo que o país precisa para resolver os seus impasses, os seus dilemas. Acho que essa é uma dívida que temos com a sociedade.

- Voltando só um pouquinho... (pausa para acender cigarro e conversa com orientando)

(Aluno: foi direto os quinze dias no DOPS e os sete no...) Ah, claro, foi. Eles botaram a gente no camburão. (Aluno pergunta algo...) Não, botou no camburão e jogou a gente para o DOPS. Aliás, eles batiam lá no camburão, dizendo que iam jogar no rio Pinheiros. No rio, a gente não sabia que Pinheiros. (Aluno: já tinha tomado umas porradas?) Lógico, todo mundo que entra na repressão toma porrada.

- Voltando um pouquinho sobre a sua atuação docente... A senhora fez parte de algum movimento docente?

Eu fiz. Eu fiz parte do sindicato dos professores do ensino fundamental e médio aqui de São Paulo, a chamada APEOESP. Depois eu fiz parte do sindicato, eu fui presidente da Associação dos Professores da PUC de São Paulo e depois eu fiz parte do ANDE, da associação docente nacional, do sindicato nacional. E fui vice-presidente da ADUSP três vezes. Então eu sempre militei no movimento de estu... de professores, do ensino médio e do ensino universitário.

- E qual era o tipo de atuação, as diretrizes de atuação?

Então... uma parte dela é preocupada com a carreira dos professores. Então, como qualificar, como expandir a pós-graduação, como fazer com que todos os professores universitários tivessem formação acadêmica. Depois fizemos grandes discussões sobre a questão de mudanças no ensino médio, projetos de organização do ensino médio e fizemos também uma luta grande em defesa de verbas para a educação e para as universidades. A luta está em curso. A gente continua fazendo, porque cada vez precisa voltar atrás. Nesse tempo, nós fizemos... nós tínhamos organização com movimentos muito amplos. Todo o funcionalismo público fazia movimento orga... junto. Então nós tínhamos o chamado Grupo dos Dezenove, que era o Setor de Saúde, o Setor de Transporte, o Setor de Educação, o Setor de Moradia. Então eram grandes marchas de funcionários públicos em defesa da saúde, da educação, da urbanização, da moradia, tal. Então nossas lutas sempre foram muito mais amplas do que aquela específica da categoria, que era salário e jornada de trabalho. Depois, nós, em 1988, fizemos uma grande greve com todo o funcionalismo. Ai já tínhamos não só os Dezenove, nós tínhamos um grupo de dezesseis, porque algumas entidades tinham desaparecido.

E depois nós acabamos, em São Paulo, conseguindo a autonomia da Universidade em 1989. O Governo concedeu a autonomia para a gente, porque ele não queria mais que os açã..., os universitários ajudassem na organização dos outros grupos. E, com isso, nós conseguimos uma rubrica de impostos para o funcionamento da universidade. Então é definido em orçamento e a universidade tem autonomia, que é um decreto, não é uma lei, toda vez tem que ser refeito, portanto tem que fazer a luta com o governador e tal. Mas, com isso, a universidade pode, em São Paulo; as três universidades públicas puderam começar a se autogerir mesmo. Não só de responsabilidade do custo dela, que a gente não tinha a menor noção anteriormente, mas também de estabelecer projetos, no sentido de fazer a universidade funcionar de uma maneira melhor. Então isso tudo é uma coisa muito positiva.

E já na Universidade, eu trabalhei bastante com professores de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Fiz materiais; fiz projetos; constituímos experiências conjuntas muito boas e hoje eu trabalho bastante com o pessoal do MST: educação rural, o que é isso, como se faz, o meio ambiente. Então sempre é uma luta que está vinculada a interesses, mas a pensar os dilemas mesmo da nossa sociedade. E hoje nós temos aqui, na nossa Escola, um laboratório, chamado Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, onde a gente discute toda a problemática do racismo, da exclusão da mulher, prostituição infantil